

Uma reconstituição substancial

Elizabet Dias de Sá

Coordenadora do Núcleo de Educação Especial do
CAPE/PM - Belo Horizonte/MG

Resenha de “Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas”, M.J.S. Mazzotta. São Paulo: Cortez, 1996. 201p.

Pesquisador metuculoso e proficiente, Mazzotta conseguiu reconstituir de forma substancial mais de um século de história da educação especial no Brasil, configurando-a no cenário das políticas públicas. Identifica as principais tendências, avanços e retrocessos com seus desdobramentos, engendrados por estruturas, personagens, leis e eventos.

Ao analisar criticamente textos legais, planos educacionais, documentos oficiais e outros instrumentos, conclui que a educação especial tem sido interpretada como apêndice indesejável, sob a égide da assistência e não do direito. Ressalta a tendência predominante do enfoque assistencial e terapêutico que justifica a recorrência de medidas preventivas e curativas, prevalecendo a instituição de demandas e serviços dessa natureza. Comprova que o atendimento educacional aos portadores de deficiência fica, claramente, relegado aos Setores privados, com ênfase no atendimento em Instituições segregadas, em detrimento do atendimento educacional integrado em escolas públicas.

Mazzotta mostra que “o princípio da integração tão decantado e repetido nos textos legais, planos e documentos oficiais do Ministério da Educação não tem passado de mero instrumento de retórica, na medida que a realidade do atendimento educacional reafirma a tendência à segregação dos alunos com necessidades educacionais especiais em Instituições especializadas públicas e privadas”.

Referenciado no exame de componentes legais, financeiros e técnicos que permitem compreender e explicar a educação especial desenvolvida e praticada no Brasil, explicita a incoerência observada entre a legislação e os planos de ação, refletindo a ausência de uma polí-

tica de educação especial. As diretrizes e normas da política nacional de educação especial do MEC foram rigorosamente analisadas. Embora seja considerada como modalidade de ensino, mantém-se como alvo de uma abordagem reducionista, concebida como intervenção metodológica ou procedimentos didáticos, instância preparatória para o ensino comum.

Do ponto de vista da nomenclatura oficial, presente na política nacional, a expressão PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS é um eufemismo para PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. Segundo Mazzotta, “a simples mudança dos termos na legislação, nos planos educacionais e documentos oficiais não tem sido acompanhada de qualquer significado... Ao invés de representar avanços nas posições governamentais com relação à educação comum e especial do portador de deficiência, tais alterações contribuem, muitas vezes, para o esquecimento do sentido de deficiência e suas implicações individuais e sociais. Além disso, tendem a confundir o entendimento das diretrizes e normas traçadas, o que por conseqüência, acarreta prejuízo na qualidade do serviço prestado”.

A definição da clientela, resultante da revisão terminológica, estabelece a relação intrínseca entre deficiência e necessidade educacionais especiais, cuja correspondência direta pode ser interpretada em termos de causa e efeito. Mais uma vez, os supostos norteadores das ações e serviços educacionais especializados confirmam a concepção estática da educação especial.

Em contraposição, Mazzotta amplia as possibilidades de intervenção numa perspectiva dinâmica: “Uma condição fundamental para o desenvolvimento da educação dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é sua caracterização como educação formal, seja como processo integrante de serviços de habilitação, reabilitação e educação escolar”. Portanto, a consolidação de uma apropriada política nacional de educação especial deve ser orientada por uma visão dinâmica, cujos princípios e propostas que definem a política de educação especial devem estar inscritos e pautados no contexto da educação geral.

A contribuição deste legado científico constitui uma inestimável fonte de consulta e aporte necessário ao conhecimento de dirigentes e estudiosos, assim como de todos os responsáveis diretos e indiretos pela incomensurável tarefa de configurar a educação especial no tecido das políticas públicas.